



17.^a Conferência dos/as Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais da União Europeia
(CALRE)

de 20 a 22 de outubro de 2013, Bruxelas

Declaração de Bruxelas

Os/As presidentes participantes na 17.^a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais da União Europeia, nos dias 21 e 22 de outubro em Bruxelas,

Parlement de la Région de Bruxelles-Capitale – Brussels Hoofdstedelijk Parlement

Parlement wallon

Parlement de la Fédération Wallonie-Bruxelles

Parlament der deutschsprachigen Gemeinschaft

Landtag von Baden-Württemberg

Sächsischer Landtag

Parlamento de Extremadura

Parlament de les Illes Balears – Parlamento de las Islas Baleares

Parlamento de Galicia

Parlamento de Murcia

Parlamento de Canarias

Parlamento de Castilla-La-Mancha

Parlamento de Andalucía

Parlamento de la Rioja

Eusko Legebiltzarra – Parlamento Vasco

Consiglio regionale de Trentino-Alto-Adige – Regionalrat Trentino-Südtirol

Consiglio regionale dell'Abruzzo

Consiglio regionale del Veneto

Consiglio regionale dell'Umbria

Consiglio regionale de Lombardia

Consiglio regionale del Friuli Venezia Giulia

Consiglio regionale del Lazio

Consiglio regionale della Puglia

Consiglio regionale del Molise

Consiglio regionale della Sicilia

Consiglio regionale del Piemonte

Landtag von Niederösterreich

Landtag von Steiermarck

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Ålands Lagting

Cynulliad Cenedlaethol Cymru – National Assembly for Wales

adotaram de comum acordo a seguinte declaração:

1. Considerações gerais

As regiões membros da CALRE, tendo em conta as suas significativas diferenças culturais, linguísticas, territoriais, económicas e sociais e possuindo competências legislativas diferentes, devem esforçar-se por trabalhar em conjunto e assumir a sua responsabilidade como órgãos legislativos no âmbito do seu ponto de referência comum: a União Europeia.

É essencial que as assembleias regionais pensem mais em termos europeus. Devem assumir o seu papel de assembleias regionais no seio da UE, para além daquele que desempenham nos seus respetivos Estados.

A Europa define cada vez mais a regulamentação que é implementada ao nível nacional. A vida quotidiana dos nossos cidadãos é cada vez mais influenciada pelas decisões tomadas ao nível

européu, com as assembleias regionais a transpor as diretivas criadas pela União Europeia. A fim de ser evitado que se limitem a este papel de menor importância, as assembleias regionais devem ser o mais ativas possível junto às instituições europeias.

Se a existência da UE nos permite usufruir dos benefícios de uma legislação harmonizada na definição de certas políticas, a salvaguarda, o desenvolvimento e a promoção de uma Europa rica na sua diversidade territorial, cultural e linguística deve constituir uma componente essencial do projeto europeu. As regiões têm um papel vital a desempenhar nesta missão.

Neste sentido, é fundamental que as assembleias regionais mantenham e consolidem os laços forjados desde a assembleia geral realizada em Oviedo, em 1997. A existência e as atividades da CALRE perseguem este objetivo.

Embora a representação das mulheres nos parlamentos regionais seja semelhante à média da UE-28, a proporção de mulheres ainda não é tão ampla como a sua representação na sociedade. Assim, é importante que as assembleias da CALRE comprometam-se a trabalhar no sentido de melhorar a posição das mulheres nas assembleias.

2. O papel dos parlamentos regionais na União Europeia

As instituições europeias têm o hábito frequente de se dirigirem aos Estados-membros mesmo quando, em certas políticas, as regiões dispõem de competências legislativas e seriam os interlocutores mais apropriados tendo em conta a sua experiência e o seu conhecimento em determinadas áreas. Uma maior eficácia das políticas europeias necessitaria, portanto, de uma consulta mais ampla e de uma melhor consideração pelas perspetivas regionais.

Por outro lado, a CALRE considera que o diálogo encetado com o Parlamento Europeu deve continuar, permitindo a intensificação da colaboração institucional ao nível parlamentar europeu. A cooperação é a característica fundamental do parlamentarismo que se ajusta à atualidade.

A CALRE saúda a predisposição da Comissão Europeia no sentido de estabelecer diálogo com as entidades regionais na fase preliminar do processo de elaboração legislativa e de discussão do programa de trabalho anual da Comissão. A CALRE reitera a sua disponibilidade para o diálogo direto com a Comissão Europeia a fim de ter em maior consideração as diversidades territoriais, constitucionais e culturais das regiões europeias, assim como as características específicas de cada uma delas.

O Comité das Regiões desempenha um importante papel como “câmara de ressonância” das reivindicações regionais ao nível europeu. Mais do que nunca, a CALRE deseja manter os laços e a excelente colaboração que tem com o Comité das Regiões e, se possível, articular melhor o relacionamento com esta instituição. A definição pelas regiões com poder legislativo das suas prioridades políticas, a gestão de competências próprias e a responsabilidade dos seus dirigentes perante os seus eleitores conferem-lhes experiência, competência e legitimidade no que diz respeito aos seus congéneres europeus; justifica-se, portanto, que ocupem, no seio da União e dos seus órgãos, um lugar mais importante.

As assembleias regionais são cada vez mais influenciadas no seu trabalho pelos assuntos europeus. A aplicação ao nível regional de certas legislações europeias confere às regiões um papel importante de difusão da “voz” da Europa. As regiões são, efetivamente, um importante retransmissor das políticas europeias no terreno. Estão bem colocadas para destacar às instituições europeias as singularidades do seu território e implementar a legislação europeia de acordo com as características específicas que cada situação regional apresenta.

Finalmente, a CALRE confirma a sua determinação e vontade em cooperar com as organizações regionais nos diferentes níveis de competência, considerando que existem áreas de atividade em comum, que podem conduzir a ações conjuntas marcadas por uma maior eficiência, melhor utilização de sinergias positivas e considerável economia de energia e recursos.

A CALRE está consciente de que deve ser mais conhecida, através do envio de convites a observadores provenientes de outras regiões que mostrem interesse nas suas atividades, entre outras coisas.

3. As assembleias regionais e o controlo da subsidiariedade

Depois da instauração da Rede de Observância da Subsidiariedade e da criação da base de dados REGPEX, as assembleias regionais estão ativas no controlo da subsidiariedade e exprimem cada vez mais as suas opiniões sobre as propostas legislativas europeias. No entanto, se algumas assembleias assumem este papel com eficácia, esta prática não se estende ainda a todas.

A CALRE apela às assembleias regionais que ainda não atuam neste sentido para aproveitar a faculdade que lhes foi dada de verificar se os projetos legislativos europeus respeitam o princípio da subsidiariedade. O melhoramento da legislação europeia exige uma mobilização mais ampla das assembleias regionais.

A CALRE sublinha que, quase quatro anos após a entrada em vigor do mecanismo de alerta precoce da subsidiariedade, é claro que 8 semanas para o controlo da subsidiariedade não concede aos parlamentos, sobretudo aos parlamentos regionais com poder legislativo, tempo suficiente para uma análise aprofundada das novas propostas legislativas europeias. Os princípios para acionar o mecanismo do “cartão amarelo” e o do “cartão laranja” provaram fortemente que, em 4 anos, apenas um foi atingido.

A CALRE convida por isso, no quadro da próxima alteração aos tratados europeus, à extensão substancial da duração do controlo da subsidiariedade, assim como à redução dos princípios necessários para o “cartão amarelo” e para o “cartão laranja”.

Algumas assembleias submetem os seus pareceres sobre subsidiariedade diretamente à Comissão Europeia. A CALRE convida a Comissão a introduzir a prática do envio dos pareceres sobre subsidiariedade diretamente à Comissão nos relatórios anuais sobre subsidiariedade e sobre as relações com os parlamentos nacionais.

A troca mais intensiva de informações e de boas práticas entre as assembleias é desejável. A CALRE envidará esforços para colocar em prática procedimentos de colaboração que garantam uma melhor partilha de informações entre as regiões. Além disso, os pareceres de subsidiariedade das diferentes assembleias regionais sobre os dossiês importantes em curso devem ser compilados, a fim de se obter uma visão geral do ponto de vista das assembleias regionais. Esta síntese constituiria o ponto de vista da CALRE sobre um tema em particular e teria mais peso do que a soma das diferentes opiniões.

A fim de melhor divulgar as diferentes opiniões de subsidiariedade emitidas pelas assembleias regionais, a CALRE saúda a iniciativa de Rede de Observância da Subsidiariedade que convida os parlamentos regionais a fornecer um resumo das suas opiniões. Este procedimento permitirá às assembleias regionais tomarem conhecimento do conteúdo dos pareceres de subsidiariedade expressos pelas outras assembleias regionais.

Se as assembleias regionais atualmente adotam pareceres de subsidiariedade, os mesmos não integram ainda o âmbito do procedimento formal estabelecido pelo protocolo n.º 2 do TFUE, reservado às assembleias nacionais.

No entanto, com o sistema em vigor na Bélgica, as assembleias nacionais poderiam assumir o papel de retransmissor das assembleias regionais ao nível europeu, desde que o parecer de subsidiariedade diga respeito às competências regionais.

A CALRE convida as assembleias nacionais dos Estados-membros com Regiões dotadas de poder legislativo a transmitir às instituições europeias os pareceres de subsidiariedade emitidos pelas assembleias regionais. O controlo formal da subsidiariedade não pode limitar-se às competências assumidas ao nível nacional.

4. Orçamento europeu

Se a CALRE saúda a conclusão de um compromisso entre o Parlamento Europeu e o Conselho relativo ao quadro financeiro plurianual 2014-2020, continua, no entanto, preocupada com os montantes atribuídos a este orçamento.

Infelizmente, pode-se questionar se a diminuição das despesas na inovação, investigação, transportes e energia contraria os objetivos ambiciosos que a União Europeia fixou. Para atingir os objetivos da estratégia 2020 é necessário um investimento significativo. Por conseguinte, a questão que impera é saber se o quadro financeiro plurianual não faça jus às ambições declaradas. A necessidade de investimento nas infraestruturas europeias é indispensável para assegurar um futuro próspero à União Europeia e aos seus Estados-membros.

Este investimento será suportado, em parte, pela Europa, pelos Estados-membros e pelas suas entidades regionais. O investimento ao nível europeu permitirá a obtenção de consideráveis economias de escala, proporcionando margem orçamental adicional para outros investimentos.

Um investimento significativo nestes setores, ao longo dos próximos anos, oferecerá, igualmente, emprego a alguns dos agora 27 milhões de desempregados que existem na União Europeia.

A governação multinível e a cooperação entre os vários níveis de governo são essenciais para melhorar a implementação dos fundos com o propósito de alcançar os objetivos da Estratégias 2020.

5. Eleições europeias 2014

As assembleias regionais também devem apoiar qualquer iniciativa que vise reduzir o défice democrático da União Europeia. Este objetivo será cumprido através, entre outras coisas, de uma melhor representatividade dos deputados ao Parlamento Europeu.

Uma representatividade efetiva no Parlamento Europeu exige uma participação acrescida nas próximas eleições comparativamente aos números obtidos em 2009. É imperativo obter uma taxa satisfatória de participação para que o resultado das eleições traduza realmente a orientação política a dar à União Europeia. Uma baixa taxa de participação acarreta o risco de obscurecer a direção que os cidadãos lhe querem dar.

A mobilização dos cidadãos exige uma compreensão adequada das questões políticas, económicas e sociais destas eleições. É conveniente dar um cunho transnacional a este ato eleitoral.

A CALRE apela aos protagonistas da próxima campanha eleitoral a darem a devida importância às questões europeias.

Perante a desconfiança dos cidadãos face à União Europeia, é efetivamente indispensável colmatar o fosso que se abriu entre as instituições europeias e a população. É um desafio para os europeístas convictos. As assembleias regionais tentarão, sempre que possível, encorajar os cidadãos a tomar consciência da importância das questões associadas às eleições europeias. A CALRE saúda as iniciativas que foram levadas a cabo este ano neste âmbito.

6. Futuro da CALRE

Desde a sua criação, a CALRE tem sido um ponto de encontro para a troca de informação e para a partilha de boas práticas e de experiências comuns entre as assembleias regionais. Os grupos de trabalho concentram-se sobre temas específicos. A opinião geral é que este método, que produziu avanços em determinadas áreas, pode ser reformado.

A CALRE deve garantir que os seus trabalhos produzam resultados efetivos ao nível europeu. Assim, a CALRE iniciou um trabalho de reflexão com o intuito de redefinir os seus objetivos e a organização do seu trabalho. É necessário, em particular, baixar os custos inerentes ao seu funcionamento, acelerar os trabalhos e aumentar a divulgação dos resultados obtidos, e concentrar parte das suas reuniões em Bruxelas, sede das instituições europeias.

Esta abordagem vai levar tempo e o seu resultado deve ser baseado numa reflexão feita por todos os seus membros. Estamos esperançosos em alcançar o nosso objetivo. A vontade de trabalhar em conjunto, e a abertura e a proximidade do relacionamento entre os seus membros, que caracterizam o funcionamento da CALRE, garantirão o sucesso.